

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 42/2002

O vereador Agostinho Rossi – PTB, pretende apoio do douto plenário desta Casa Legislativa para acrescentar § 3º ao artigo 2º da lei nº 1.207, de 3 de maio de 1993, que institui normas para a doação de imóveis públicos às atividades industriais e associativas.

O projeto de lei visa excepcionar a regra estipulada na lei acima citada, com relação ao prazo da cláusula de inalienabilidade de imóveis públicos, facultando ao Poder Executivo, desde que as empresas donatárias atinjam as metas e requisitos nela estipulados e comprovarem que o retorno do ICMS por elas gerados corresponde ao valor do imóvel e benfeitorias, se houver, liberar a cláusula de inalienabilidade, observando-se, para tanto, o interstício mínimo de 5 (cinco) anos.

A matéria encontra-se amparada pela Constituição Federal, especificamente no Inciso I do artigo 30 e demais disposições pertinentes consignadas na Lei Orgânica Municipal.

Diante disso, após analisarmos a matéria, observamos que a mesma está em condições de seguir sua regimental tramitação.

Portanto, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 25 de novembro de 2002.



Clóvis Gresele – PPB  
Membro



Dirceu Dimas Pereira – PPS  
Relator



Elio Rúaro – PFL  
Membro



Nelson Bertani – PDT  
Presidente



Vilmar Maccafi – PDT  
Membro

## COMISSÃO DE MÉRITO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 42/2002

Através da matéria ora analisada, pretende o vereador Agustinho Rossi - PTB, obter autorização legislativa para acrescentar § 3º ao artigo 2º da lei nº 1207, de 3 de maio de 1993, que institui normas para a doação de imóveis públicos à atividades industriais e associativas.

A alteração da lei prevê o acréscimo do § 3º, onde consta que: a empresa donatária que atingir as metas apresentadas quando da solicitação de doação de imóvel público, preencher os requisitos expressos nesta lei e em suas alterações e comprovar que o retorno do ICMS por ela gerado corresponde ao valor do imóvel e benfeitorias, se houver, poderá o Poder Executivo Municipal liberar a cláusula de inalienabilidade, observando-se para tanto o interstício mínimo de 5 anos.

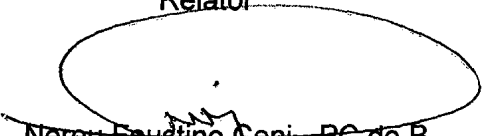
Considerando as dificuldades encontradas hoje em dia pelas empresas, após analisarmos a matéria, entendemos que a mesma tem mérito por se tratar de assunto de interesse geral, garantindo um maior prazo para as empresas.

Diante disso, e por a mesma se encontrar amparada legalmente, esta comissão, após análise, emite PARECER FAVORÁVEL a sua tramitação e aprovação.

É o parecer da Comissão de Mérito, sob censura.

Pato Branco, 25 de novembro de 2002.

  
Antonio Urbano da Silva - PSC  
Relator

  
Nereu Faustino Geni - PC do B  
Presidente  
CONTRÁRIO.

  
Dirceu Dimas Pereira - PPS  
Membro

  
Pedro Martins de Mello - PFL  
Membro

  
Valmir Tasca - PFL  
Membro

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 42/2002

O vereador Agostinho Rossi, do PTB, pretende, através do projeto de lei ora analisado, obter autorização legislativa para acrescentar § 3º ao artigo 2º da lei nº 1207, de 3 de maio de 1993.

A lei nº 1207, institui normas para a doação de imóveis públicos à atividades industriais e associativas.

Esta relatoria, solicitou ao Executivo Municipal, através do ofício nº 710/2002, de 14 de junho de 2002, informações com relação à possibilidade do Poder Executivo ter acesso a dados referentes ao retorno do ICMS gerado pelas empresas donatárias de imóveis públicos.

Porém, até a presente data o Executivo Municipal não enviou resposta a esta Casa de Leis.

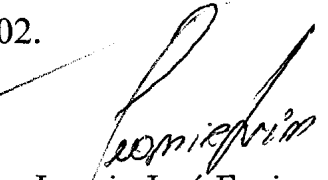
Diante disso, considerando a falta de resposta do Executivo, como também, o tempo que o projeto de lei encontra-se parado, esta comissão é favorável a sua tramitação.

Portanto, emitimos parecer favorável a sua aprovação.

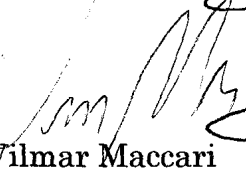
É o parecer, SMJ.

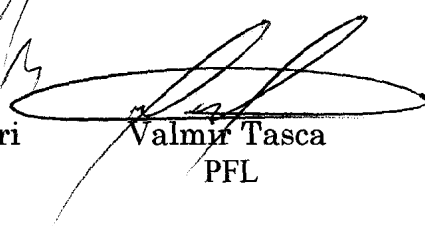
Pato Branco, 13 de novembro de 2002.

  
Laurinha Luiza Dall'Igna  
PPB

  
Leonir José Favini  
PMDB Relator

  
Agostinho Rossi  
PTB

  
Vilmar Maccari  
PDT

  
Valmir Tasca  
PFL



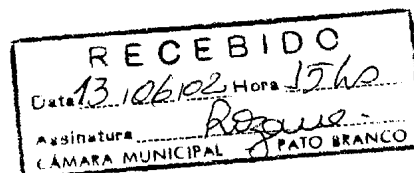
# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Excelentíssimo Senhor

**SILVIO HASSE**


Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



O vereador abaixo-assinado, **Leonir José Favin – PMDB**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, relator pela Comissão de Finanças e Orçamento para o projeto de lei nº **42/2002**, de autoria do vereador Agostinho Rossi, que acrescenta § 3º ao artigo 2º da lei nº 1207, de 3 de maio de 1993, requer seja oficiado ao **Executivo Municipal**, solicitando informar esta Casa de Leis sobre a possibilidade do Poder Executivo ter acesso a dados referentes ao retorno do ICMS gerado pelas empresas donatárias de imóveis públicos

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 13 de maio de 2002.

  
**Leonir José Favin**  
Vereador – PMDB



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

## **ASSESSORIA JURÍDICA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 042/2002**

Pretende o ilustre Vereador subscritor do Projeto de Lei em epígrafe, obter o apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para acrescentar & 3º ao artigo 2º da Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1993, que institui normas para a doação de imóveis públicos à atividades industriais e associativas.

**A proposição visa excepcionar a regra estipulada na Lei nº 1.207/93, relativamente ao prazo da cláusula de inalienabilidade de imóveis públicos, facultando ao Poder Executivo, desde que as empresas donatárias atinjam as metas e requisitos nela estipulados e comprovarem que o retorno do ICMS por elas gerados corresponde ao valor do imóvel e benfeitorias, se houver, liberar a cláusula de inalienabilidade, observando-se para tanto o interstício mínimo de 05 (cinco) anos.**

Cumpre ressaltar aos nobres edis, que a redução da cláusula de inalienabilidade de 10 para 05 anos, independentemente do cumprimento pelas donatárias de imóveis públicos das metas e requisitos estipulados no Projeto de Lei em apreço, ainda dependerá da concordância do Poder Executivo, o que demonstra que a referida norma legal além de excepcionar a regra consignada na Lei nº 1207/93, possui caráter facultativo, cujo alcance de seu objeto dependerá única e exclusivamente da vontade do Chefe do Poder Executivo.


Diante da excepcionalidade da regra estabelecida na Lei nº 1207/93, relativamente a cláusula de inalienabilidade, **recomendo a Comissão de Finanças e Orçamento, que busque esclarecimentos acerca da possibilidade do Poder Executivo ter acesso a dados referentes ao retorno do ICMS gerado pelas empresas donatárias de imóveis públicos, para fins de certificar se os valores por elas gerados corresponde ao preço do imóvel e benfeitorias, se houver, recebidos em doação, no sentido de dar cumprimento a tal pretensão.**

A matéria encontra-se amparada na norma consignada no inciso I do artigo 30 da Constituição Federal e demais disposições pertinentes consignadas na Lei Orgânica Municipal.

Cumpridas as formalidades de estilo, a proposição possui condições de seguir sua regimental tramitação.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

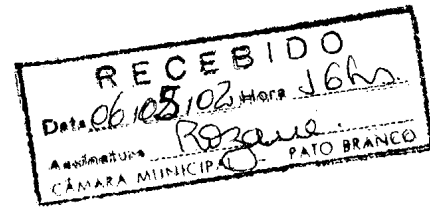
Pato Branco, 04 de junho de 2.002.

  
José Renato Monteiro do Rosário  
Assessor Jurídico



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



**EXMO. SR.**

**SILVIO HASSE**

**DD. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

O Vereador infra-assinado, **AGUSTINHO ROSSI**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário e solicita o apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

## **PROJETO DE LEI Nº 042/2002**

Súmula: Acrescenta & 3º ao artigo 2º da Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1.993.

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 1.207, de 03 de maio de 1.993, passa a vigor acrescido do seguinte & 3º.

“Art. 2º - .....

& 3º - A empresa donatária que atingir as metas apresentadas quando da solicitação de doação de imóvel público, preencher os requisitos expressos nesta lei e em suas alterações e comprovar que o retorno do ICMS por ela gerado corresponde ao valor do imóvel e benfeitorias, se houver, poderá o Poder Executivo Municipal liberar a cláusula de inalienabilidade, observando-se para tanto o interstício mínimo de 05 (cinco) anos.” (AC)

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 06 de maio de 2.002.

Agustinho Rossi - Vereador  
PROPONENTE



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

LEI N.º 1.207

Data: 03 de maio de 1.993.

SÚMULA: Institui normas para a doação de imóveis públicos a atividades industriais e associativas e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei institui normas para doação de imóveis públicos para a implantação de indústrias no Município de Pato Branco, devendo os interessados protocolarem requerimento junto ao Departamento de Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal, contendo as seguintes informações:

I - apresentação de cronograma físico-financeiro que determine período para conclusão das edificações;

II - início das atividades e, se for o caso, as diversas etapas da implantação;

III - estudo de viabilidade econômica;

IV - porte do empreendimento, especificando o número de empregos a serem criados direta e indiretamente, setores produtivos e a sua implicação social;

V - destinação de geração de tributos municipais;

VI - orçamento da receita e da despesa;

VII - montante de recursos próprios e de financiamento obtido junto a instituições de crédito;

VIII - organização empresarial;

IX - detalhamento do ciclo produtivo, desde a obtenção da matéria prima até o produto acabado;

X - certidão negativa de tributos municipais, estaduais e federais, ressalvadas as questões "sub-judice";

XI - certidão negativa da ação judicial civil e criminal.

Art. 2º - Os imóveis públicos doados para implantação de indústrias ficarão cravados com cláusula de inalienabilidade pelo período de 10 (dez) anos, contados a partir da outorga da escritura pública.



## Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

fls.02

Parágrafo 1º - Poderá ser liberada a cláusula de inalienabilidade mediante expressa autorização legislativa, desde que seja oferecida em garantia, imóvel ou imóveis de equivalente valor, mediante prévia avaliação.

Parágrafo 2º - A avaliação a que se refere o parágrafo anterior, será efetivada mediante a participação de um Vereador, de um Corretor de Imóveis e de um profissional da área de engenharia e arquitetura da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - O Município incentivará a instalação de novas indústrias, com serviços e equipamentos necessários à terraplenagem no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da Lei autorizativa de doação.

Art. 4º - As donatárias de imóvel público, terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias para iniciar a edificação de suas obras, contados da publicação da Lei autorizativa de doação.

Art. 5º - O não cumprimento dos prazos e condições estipulados nesta Lei, implicará na reversão ao Patrimônio Público Municipal da respectiva área, independentemente de procedimento judicial, mediante adjudicação automática e compulsória, sem qualquer onus para o Município.

Art. 6º - A taxa de ocupação mínima será de 30% (trinta por cento) do total da área a ser doada.

Parágrafo único - O não cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, implicará na reversão parcial do imóvel ao Patrimônio Público.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto da indústria, cumprindo sua função social e as obrigações legais, a área fica livre e desembaraçada, podendo ser alienada, desde que permaneça a finalidade de uso industrial.

Art. 8º - Os termos das Leis autorizativas de doação serão transcritas em sua íntegra à margem do registro de imóveis desta Comarca.

Art. 9º - As doações de imóvel público para entidades associativas de classe, obedecerão além do disposto contido nos incisos I, II, e XI do artigo 1º, e artigos 4º e 5º desta Lei, o seguinte:

- I - inalienabilidade permanente;
- II - apresentação de estatuto social;
- III - outorga de escritura pública após o cumprimento das condições estipuladas na Lei autorizativa de doação;
- IV - número de sócios a serem beneficiados direta e indiretamente;
- V - receita anual da entidade;
- VI - destinação exclusiva aos fins estatutários.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 913, de 18 de abril de 1.990.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 03 de maio de 1993.

*Handwritten signature*